A INCLUSÃO ESCOLAR: UMA TRAJETÓRIA DE DESAFIOS, POSSIBILIDADES E APRENDIZAGENS

Edna Regina Carneiro[1], Patricia Silva Costa Duarte[2]

[1] Escola Municipal Urbana Frei Eugênio / SEMED, ednadiva2012@hotmail.com; [2]Universidade de Uberaba / PIBID: CAPES/UNIUBE, patrícia.s.c.duarte@hotmail.com

Linha de trabalho: Educação Inclusiva

Resumo

A inclusão efetiva de alunos com deficiência em salas de aula de ensino regular requer mais que inseri-los no cotidiano escolar. Exige entre outros fatores, o rompimento de conceitos pré-estabelecidos, adequações curriculares, metodológicas e espaciais, além da necessidade de mobilização, orientação e estudo de toda a equipe. Profissionais de educação, alunos e familiares estabelecem relações afetivas essenciais ao sucesso ou fracasso de todo o processo inclusivo. Ao interagir em um ambiente onde um aluno com paralisia cerebral é integrante deste contexto torna-se perceptível a dificuldade de docentes em adaptar o conteúdo didático à realidade em sala de aula.

Palavras-chave: inclusão, desafios, possibilidades, aprendizagens.

Contexto do relato

Partindo do princípio que a Escola é para todos, sendo a educação um direito garantido na Constituição Brasileira, fica evidente que também é local de escolarização para portadores de necessidades especiais, independente de qual seja a sua origem.

Em 1984, na Espanha, vários chefes de Estado e organizações internacionais se reuniram e foi proclamada a Declaração de Salamanca. Representando um grande marco para Educação Inclusiva resultou na exigência da criação de leis que garantissem o direito de todas as crianças a serem matriculadas em Escolas regulares.

A LDBEN 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - classifica a educação especial como sendo um modelo de ensino a ser ofertado aos alunos com necessidades especiais preferencialmente em Escolas de ensino regular.

Partindo do pressuposto que a lei suprema define a igualdade como um princípio fundamental independente de qualquer condição, todos têm direitos igualitários de acesso à

educação. Assim sendo a educação inclusiva torna-se um direito não só formal, mas também social. BOBBIO (1992) afirma que direitos sociais são mais difíceis de serem protegidos que direitos de liberdade. Neste contexto, a inclusão escolar apesar de idealizada aparece de forma pouco concretizada.

A inclusão não é algo que ocorre espontaneamente, já que requer muito esforço por parte de todos os envolvidos no processo necessitando, portanto, de tempo para ser construída. MASINI (2004) defende que inclusão escolar é um trabalho contínuo que requer situações concretas de convívio, que não se limita a um determinado espaço de tempo e que objetiva a participação do aluno às atividades que o sistema educacional tem a oferecer. Desta forma, a criança com necessidade especial tem condições de ser integrante da Escola e não apenas expectador.

De acordo com Schwartzman (2011, p. 313)

> Grupos que defendem de forma radical a inclusão irrestrita confundem "Escola para todos" com "todos na mesma Escola", e esse equívoco deve ser evitado. Em outras palavras, nas condições atuais do ensino brasileiro, grande parte das crianças com PC não encontra condições mínimas que lhes permitam frequentar a Escola regular, pela falta de acessibilidade, de metodologias que atendam às suas necessidades, de tecnologias que otimizem o seu aprendizado, de capacitação efetiva de professores e demais funcionários da Escola e de condições mínimas para uma verdadeira inclusão social.

No entanto, quando a Escola exerce de forma efetiva a democracia abre portas à inclusão. SILVA (2009) afirma que quando se constrói práticas democráticas no ambiente escolar, alunos e professores as vivenciam de forma mais concreta. Experiências democráticas consolidam de forma significativa concepções de solidariedade e respeito às diferenças, princípios básicos da inclusão.

Detalhamento das Atividades

Objetivando evidenciar o olhar critico sobre as experiências vivenciadas ao longo de anos e acompanhando um aluno com paralisia cerebral, matriculado e freqüente numa Escola pública do município de Uberaba, e percebendo os “erros” e “acertos” ao longo do percurso, transcorrem nessa pesquisa, algumas percepções sobre a inclusão escolar. Sendo a inclusão um processo a ser adotado, consideramos que formação acadêmica e formação continuada em serviço sejam indissolúveis e deveria ser extensíveis a docentes, auxiliares de apoio pedagógico

(cuidador), supervisores e gestores, pois quando se investe apenas na formação do cuidador, recai sobre ele a responsabilidade de acolher e cuidar excluindo a parte pedagógica.

Experiências vivenciadas mostram a descrença existente em alguns profissionais de ensino em ver a inclusão como algo possível de torna-se real e por vezes deixam escapar oportunidades. A disponibilidade em realizar adaptações curriculares e/ou pedagógicas ressalta sua limitação ou deficiência diante do novo, passando despercebido que em alguns momentos somos todos limitados.

Análise e Discussão do Relato

Profissionais de educação, alunos e familiares estão interligados na teia do conhecimento. Neste contexto, a educação inclusiva proporciona a todos a oportunidade de estabelecer novas relações que geram novas experiências e conseqüentemente trazem novas aprendizagens.

Uma das grandes barreiras a serem quebradas é o preconceito existente no ambiente escolar. TESSARO (2005) considera como principal complicador da inclusão escolar, a discriminação social que descreve o deficiente como incapaz e limitado. Essa visão intolerante que rotula os alunos que necessitam de cuidados especiais impede que em sala de aula, sejam executadas ações efetivas que na maioria das vezes poderiam alcançar resultados extraordinários.

Muitas vezes, super proteção e preconceito, esclarecendo que no sentido de conceito pré-estabelecido por parte dos pais, impossibilita que seus filhos vivenciem a autonomia e os priva de adquirir conhecimento amplo inclusive, promovendo a frustração de docentes e alunos.

MACIEL (2000) defende que só há integração professor-aluno, quando este se despe de preconceito, e que a interação aluno-aluno revela as diferenças interpessoais. Diferenças essas que quando há reciprocidade deixam de ter tanto valor e resultam na criação de laços afetivos que estarão intimamente relacionados ao sucesso ou fracasso da inclusão escolar.

A inclusão escolar não deve ser vista de forma simplista, pois não condiz com a realidade existente em salas de aula. Enturmar um aluno com determinada condição física ou mental em uma classe qualquer, apenas por fazer valer seu direito a uma educação inclusiva, não traz resultados satisfatórios. Resultados satisfatórios carecem de envolvimento de todos os

profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A partir do momento da matricula, a forma como o aluno será visto dentro deste ambiente será determinante na sua inclusão ou exclusão. A visão da equipe gestora é responsável por grande parte do sucesso, pois quando se acredita se constrói caminhos que levam ao êxito. Mediante tal crença e através da abertura que o diretor propicia, professores se sentem mais seguros a buscar alternativas que vislumbrem o sucesso de cada aluno carente de educação inclusiva.

Um estudo feito por TESSARO (2005) com alunos tidos como "normais" revelou que a maioria demonstra credibilidade na educação inclusiva, fato considerado como positivo, pois subentende-se respeito e aceitação à diversidade. No entanto, muitas vezes a teoria não condiz com a prática, afirmativa comprovada por nossa experiência que evidencia crianças em convívio direto com o aluno especial não sabem como agir, embora essa dificuldade seja menor se comparada com o professor que não se sente preparado para adaptar sua aula àquela realidade.

São sugestões da Declaração de Salamanca, que durante a formação acadêmica de docentes sejam adquiridas competências que possam promover o pleno desenvolvimento de discentes com necessidade educacional especial extensível à formação continuada em serviço. Embora seja exigência da LDBEN 9394/96 que professores do ensino regular sejam capacitados para a inserção de alunos com necessidades especiais em salas comuns, muitas vezes está aquém da prática escolar.

Não é raro perceber a angústia e a frustração de professores ao participar de encontros de formação continuada em serviço em que vários assuntos são discutidos, alguns pertinentes, outros nem tanto. Porém, o mais relevante que seria a forma de como trabalhar a inclusão de alunos com deficiências visíveis e não visíveis dentro da sala de aula fica sempre para outra oportunidade. Quando presentes nesses encontros específicos acabam por se transformar em desabafos de experiências mal sucedidas e a decepção por não receber uma "fórmula mágica" que supere expectativas de sucesso põe fim ao ânimo de participar de outros eventos.

Alunos com paralisia cerebral que apresentam graus significativos de deficiência intelectual e deficiências sensoriais (visuais e/ou auditivas) importantes representam enormes desafios em uma classe regular de ensino (SCHWARTZMAN, 2011). Desafios estes que podem alcançar resultados inimagináveis e que despende muitas vezes de poucos recursos e certo esforço em querer atingir uma meta idealizada.

Atividades que vislumbrem a linguagem verbal e não-verbal, material concreto, ludicidade, trabalho coletivo, uso de tecnologias, jogos entre outros, são possibilidades de resultados positivos. Um aluno com PC pode participar efetivamente de uma aula de Educação Física sem que o professor faça nenhuma alteração no seu cronograma, entretanto é preciso respeitar o tempo e a limitação deste aluno, sem criar grandes expectativas. Por outro lado, ao trabalhar conteúdos teóricos é necessário condensá-los, principalmente associá-los ao uso imagens, a fim de manter o aluno focado sem que se torne desgastante. Uma avaliação de história por meio de jogos facilita a compreensão do conteúdo assim como a realização de atividade extraclasse propicia ao aluno o sentimento de inclusão verdadeira.

Considerações

O caminho a ser trilhado é tortuoso, implica experiências inusitadas que não tem receita pronta a ser seguida e que necessita de transformações contínuas. É também prazeroso, pois quando o sucesso é alcançado faz toda a trajetória valer o esforço empregado.

Uma das grandes virtudes do ser humano é a capacidade de adaptação. Viver exige mais do que simplesmente existir e se todos são diferentes, não justifica tratar alguém que possui determinada limitação como se fosse algo distante. Diferenças são reais, a forma como são tratadas, as transformam em experiências de aprendizado, conquistas, lições de vida. Estamos o tempo todo nos adaptando a tudo a que estamos expostos, é necessário trazer para dentro da sala de aula esta capacidade de transformação na vida do discente com necessidades especiais.

Ao terminarmos essa pesquisa e pelas nossas percepções, esperamos com mais segurança, que todos os profissionais de educação estejam futuramente mais comprometidos com o bem-estar dos educandos. Ressaltamos a importância da afetividade na interação discente-docente, sobretudo em condições que utilizam recursos múltiplos de ensino-aprendizagem, como é a educação e o ensino de alunos com necessidades especiais, mostrando que a inclusão e a afetividade peregrinam de mãos dadas neste processo.

Referências

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 49-65.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso em: ago. 2015

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.**Declaração de Salamanca**, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: ago.2015.

MACIEL, MARIA REGINA CAZZANIGA. **Portadores de deficiência**: a questão da inclusão social. São Paulo Perspec**.**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, June 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000200008&lng=en&nrm=iso>. Access on 04 Aug. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. **Uma experiência de inclusão**: providências, viabilização e resultados. Educ. Rev**.**, Curitiba , n. 23, p. 29-43, June 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602004000100004&lng=en&nrm=iso>. Access on 04 Aug. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.330.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Inclusão escolar de crianças e adolescentes com paralisia cerebral em escolas/classes regulares**. Rev. paul. pediatr., São Paulo , v. 29, n. 3, p. 312-313, Sept. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822011000300001&lng=en&nrm=iso>. Access on 05 Aug. 2015.

http://dx.doi.org/10.1590/S0103-05822011000300001.

SILVA, Claudia Lopes da; LEME, Maria Isabel da Silva. **O papel do diretor escolar na implantação de uma cultura educacional inclusiva**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 29, n. 3, p. 494-511, 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000300006&lng=en&nrm=iso>. Access on 06 Aug. 2015.

http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000300006.

TESSARO, Nilza Sanches et al . **Inclusão escolar**: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas , v. 9, n. 1, p. 105-115, June 2005. Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572005000100010&lng=en&nrm=iso>. Access on 05 Aug. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572005000100010.